

TRADUÇÃO COMO HOSPITALIDADE: NOTAS INCOMPLETAS PARA UMA (PO)ÉTICA DO TRADUZIR

Alexandra Lopes*

Universidade Católica Portuguesa

RESUMO: Este texto procura refletir sobre uma ideia de tradução que se assume como uma geografia de acolhimento, um lugar inclusivo em que recebemos o outro, que é necessariamente diferente do “nós” que traduz. Aplicando a reflexão à Europa, o artigo defende, especulativamente, a tradução como gesto relacional, em que, reconhecendo os nossos outros como iguais, nos (re)conhecemos neles.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução, Alteridade, Hospitalidade, Hermenêutica

***Avant propos* – Manifesto: a tradução como “hermenêutica da confiança”¹**

Walter Benjamin dreamt of publishing a book composed entirely of quotes. I lack the necessary originality. Juxtaposed, quotations take on novel meanings and enter into mutual debate. (Steiner, 2002, p. 13)

Este artigo nasceu de um lugar de diferença. Em 2018, convidaram-me para falar de tradução num encontro científico em torno do tópico *Religião, Memória e Identidade na Europa*, que teve lugar na Universidade Católica Portuguesa e que congregou investigadores de diversos campos.² Na altura, sugeriram-me que pensasse acerca dos modos como a ideia de “Europa” implicaria necessariamente a prática tradutória e acerca da concomitante reflexão europeia sobre aquela que é, ao contrário do que costuma pensar-se, talvez “a profissão mais velha do mundo” e que, no entanto (ou por causa disso), permanece, tantas vezes, inominada, invisível, irreconhecida.

Se, por um lado, parece inegável que a Europa só existe *na* e *pela* tradução, por outro, esta é muitas vezes relegada para o canto das coisas quotidianas – necessárias e esquecidas. Importou-me por isso, naquela altura e aqui, recuperá-la e trazê-la para o centro da reflexão acerca da nossa experiência de cultura. Assim, este é um artigo que se propõe refletir sobre a tradução como atividade eminentemente humana, logo, intersubjetiva. Desta forma, assumo claramente um viés hermenêutico que, não negando os méritos do descritivismo, se (pre)ocupa antes com “the incommensurability of the semantic” (Steiner, 1989, p. 83) e, porque assim é, não pretende estabelecer leis ou prever

* mlopes@fch.lisboa.ucp.pt

¹ Fui buscar a expressão a George Steiner (1992, p. 319) que, no seu monumental *After Babel*, fala da tradução como “a hermeneutic of trust”.

² O encontro resultou da parceria entre o Instituto de Estudos de Religião (IER) e o Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC), a que pertença, e foi muito desafiador. Falar de tradução com e para investigadores de outras áreas do saber é tarefa exigente e estimulante, tanto mais que vivemos num mundo em que o entendimento instrumental e/ou (pseudo-)objetivo da atividade parece imperar – também nos Estudos de Tradução.

fenómenos – deseja antes compreender precariamente como a tradução é constitutiva do que é o ser humano.

Nos últimos tempos, a obra de Emmanuel Lévinas (1971, 1979) e a proposta de que só nos (re)conhecemos no olhar do Outro têm-se-me imposto como centrais para pensarmos esta Europa em que vivemos. O filósofo francês convida-nos a pensar a alteridade não como perigo ou ameaça, mas como uma condição necessária para sermos e nos (re)conhecermos. Esta poética da relação, de viver na e pela diferença, como diria Stuart Hall (1987, p. 45) noutra contexto, torna-se, em Lévinas, uma exigente ética de responsabilidade, que é condição *sine qua non* para o conceito de “hospitalidade”, tal como Jacques Derrida (1997) o problematiza em *De l’hospitalité*.

Enquanto cidadã europeia e investigadora em Estudos de Tradução, a discussão em torno de ideias como a de hospitalidade, assim como a da relação dos diversos “nós” com os nossos “outros” sempre me interpelou – como Steiner (1989, p. 137), creio que “[t]here is language, there is art, because there is ‘the other’”. As muitas línguas que procuram dizer o mundo e a nossa ligação a ele instituem-nos e aos nossos outros. Esta reflexão será, assim, militantemente percorrida por muitas línguas porquanto cada uma delas constitui uma janela que “opens on to a different landscape and temporality, to a different segmentation in the spectrum of perceived and classified experience” (Steiner, 1996, p. 150). Ora, a (co)existência de muitas línguas num lugar pressupõe sempre um credo particular: o da traduzibilidade. Porque a humanidade é, a um tempo, universal e diversa, impõe-se que tenha de ser traduzível: “o que humanamente o não for, sem dúvida que é o menos universalmente humano”, dirá Jorge de Sena (2001, p. 20) a propósito da poesia.

No seu escopo modesto, este artigo pretende, pois, ser um gesto para a construção de uma espécie de (po)ética da tradução. Trata-se de um exercício vincadamente especulativo, que procura fazer sentido dos modos como a tradução pode constituir um espaço de hospitalidade, um lugar em que uma mesmidade se deixa constantemente interpelar e habitar pela diferença, promovendo assim uma ética da responsabilidade. Para lhe fazer jus, o artigo deixa-se contaminar por posicionamentos vários de autores de diferentes correntes filosóficas, em línguas diversas – repercutindo metodologicamente aquilo que discute.³ Afinal, “[a]ll human constructs are combinatorial. Which is simply to say that they are arte-facts made up of a selection and combination of pre-existent elements” (Steiner, 2002, p. 116).

³ Porque o diálogo nas páginas seguintes integra posicionamentos de autores em línguas diferentes (alemão, espanhol, francês e inglês), alguns dos quais não traduzidos para português, optei por incluir sempre, em nota de rodapé, a tradução em português ou, em alternativa, em inglês, quando a não haja em português, por serem essas as línguas mais comumente faladas pelos leitores da revista.

1. Do silêncio e da casa

Translation is [...] interpretative in its very etymology. It is also critical in the most creative ways. (Steiner, 1989, p. 15)

Perguntava-se Wolfgang Iser (2000, p. 153) na obra *The Range of Interpretation*: “Why are we as human beings so incessantly engaged in translating something into something else?”. Nesta obra, o teórico alemão discute o ato de interpretar como traduzibilidade, como negociação do sentido, negociação que tem lugar num tempo e num espaço específicos: “Each interpretation transposes something into something else” (Iser, 2000, p. 5). Esta transposição – em que está implicada a capacidade de compreender – nunca é, não pode ser, impoluta, antes carrega as marcas de quem transpõe em contacto com o transposto.

Banal, dir-se-á. E, no entanto, o que julgamos saber, os implícitos, os silêncios e os interditos sobre tradução apontam (quase) sempre no sentido oposto, resultando de uma cartografia imaginada da tradução como espaço da equivalência absoluta, da transferência sem mácula, de *re*-produção acrítica porque, idealmente, sem marcas de quem transpõe. Sendo talvez expressão de uma nostalgia do absoluto, esta espécie de mitografia do traduzir e da tradução abre uma zona de silêncio e culpa em redor de traduções concretas, muitas vezes apressadamente rejeitadas como “traição” ou “depreciação” de textos a que gostamos de chamar “originais”.

É assim que se torna possível, numa Europa multilingue e multicultural, falar de património cultural, hospitalidade, entreajuda e defesa da diversidade cultural, sem referir, problematizar ou discutir os modos como a tradução constrói – construiu e continuará necessariamente a construir – aquilo que designamos por Europa (Martins, 2018), seja qual for – atrevo-me a afirmar – a nossa ideia de “Europa”. O mesmo sucede com inúmeros projetos científicos e/ou humanitários que, debruçando-se sobre a questão das migrações forçadas, raramente discutem o lugar que a tradução e os tradutores ocupam neles. A possibilidade de justiça social assenta, frequentemente, na expectativa de tradução, i.e., de nos podermos fazer entender e ser entendidos numa circunstância de vulnerabilidade. Como afirma Inghilleri (2017, p. 31), “[t]ranslators serve the important (...) function of protecting the social, linguistic, political, economic, and legal rights of individuals and communities, particularly where a clear bias, injustice, or imbalance of power reveals itself”. Por outro lado, na academia, projetos de internacionalização raras vezes ponderam, de forma séria, o impacto que produzir saber numa língua segunda – a chamada *lingua franca* – tem nos modos como conhecemos, como se produzir saber nessa língua outra não transformasse o que dizemos e conhecemos.

Se, como sugeriu Umberto Eco (1993), a “língua da Europa é a tradução”, por outro, a Europa ignora muitas vezes, de forma consistente, a tradução, talvez porque esta, ideologicamente, pressuponha a possibilidade da diferença – “Translation (...), as all transcription and reading of texts, creates a difference” (Barnstone, 1993, p. 8) –, sendo que a Europa cede, por vezes, ao ensimesmamento de impulsos para produzir uma narrativa identitária estável e única. Ora, como defende Amartya Sen (2006) em *Identity &*

Violence. The Illusion of Destiny, a identidade raramente é singular, antes se forma no cruzamento tensional entre filiações potencialmente concorrenciais: “the force of a bellicose identity can be challenged by the power of *competing* identities. These can, of course, include the broad commonality of our shared humanity, but also many other identities that everyone [and every continent] simultaneously has” (Sen, 2006, p. 4, ênfase no original). Por outras palavras, os continentes, como as nações e os indivíduos, são projetos em construção, resultando dos impulsos da história, dos sonhos, das línguas, das religiões, das culturas que os habitam e com que se envolvem em diálogo, conflitos, trocas comerciais e intelectuais.

Avanço, por isso, com aquilo que deveria ser um lugar-comum, nos dois sentidos da palavra: a memória da Europa é uma tessitura composta por múltiplas narrativas e contranarrativas, pela pluralidade linguística, pela polifonia de inúmeras leituras e tresleituras, citações, paródias e alusões, traduções e, claro, “tres-traduções” (*mistranslations*). Propõe Steiner (1992, p. 31): “the existence of art and literature, the reality of felt history in a community, depend on a never-ending, though often unconscious, act of internal translation. It is no overstatement to say that we possess civilization because we have learnt to translate out of time”. O património cultural da Europa, o imaterial como o material, resulta, pois, para Paz (1971, p. 13), de “traducciones de traducciones de traducciones”.

2. Da “impossível e ilícita geografia da proximidade”

[P]our constituer l’espace d’une maison habitable et d’un chez-soi, il faut aussi une ouverture, une porte et des fenêtres, il faut livrer un passage à l’étranger. (Derrida, 1997, pp. 57, 59)⁴

A tradução, como qualquer outra atividade humana, é aquilo que os seres humanos dela quiserem fazer. Quer isto dizer que o conceito é instável e ideologicamente carregado, dependente do contexto espacial e temporal em que funciona. Por isso, a tradução serviu, ao longo dos tempos, propósitos contraditórios: contribuiu para libertar e oprimir, foi instrumento de poder e de resistência, domesticou e “estrangeirou” povos, costumes, textos.

Estudar história da tradução ilustra, desde logo, a fragilidade do conceito e das práticas. Traduzir na Idade Média é bem diferente de traduzir na França setecentista, por exemplo, mas traduzir em cada um destes períodos constitui ainda uma geografia muito vasta e diversa, que importa desbravar. Trata-se, mais uma vez, de aceitar a diversidade, a instabilidade das atividades humanas na sua vincada contingência e relacionalidade.

Importa, por isso, um momento de autorreflexividade. Se a tradução foi – e é – muitas coisas diferentes, se implica, por vezes, impulsos contraditórios entre si, de que falo

⁴ Na tradução de Rachel Bowlby (Derrida, 2000, p. 61): “[I]n order to constitute the space of a habitable house and a home, you also need an opening, a door and windows, you have to give up a passage to the outside world [l’*étranger*]”.

quando falo de tradução? Parto da concepção hermenêutica de tradução proposta por Friedrich Schleiermacher (2013) no seu tratado “Os diferentes métodos de traduzir”, proferido em 1813 perante a Academia das Ciências de Berlim. Começa o teólogo assim:

Die Thatsache, daß eine Rede aus einer Sprache in die andere übertragen wird, kommt uns unter den mannigfaltigsten Gestalten überall entgegen. Wenn auf der einen Seite dadurch Menschen in Berührung kommen können, welche ursprünglich vielleicht um den Durchmesser der Erde von einander entfernt sind; wenn in eine Sprache aufgenommen werden können die Erzeugnisse einer andern schon seit vielen Jahrhunderten erstorbenen: so dürfen wir auf der andern Seite nicht einmal über das Gebiet Einer Sprache hinausgehen, um dieselbe Erscheinung anzutreffen. Denn nicht nur daß die Mundarten verschiedener Stämme eines Volkes und die verschiedenen Entwicklungen derselben Sprache oder Mundart in verschiedenen Jahrhunderten schon in einem engeren Sinne verschiedene Sprachen sind, und nicht selten einer vollständigen Dolmetschung unter einander bedürfen; selbst Zeitgenossen, nicht durch die Mundart getrennte, nur aus verschiedenen Volksklassen, welche durch den Umgang wenig verbunden in ihrer Bildung weit auseinander gehen, können sich öfters nur durch eine ähnliche Vermittlung verstehen. Ja sind wir nicht häufig genöthiget, uns die Rede eines andern, der ganz unseres gleichen ist aber von anderer Sinnes – und Gemüthsart, erst zu übersetzen? Wenn wir nämlich fühlen daß dieselben Worte in unserm Munde einen ganz anderen Sinn oder wenigstens hier einen stärkeren dort einen schwächeren Gehalt haben würden als in dem seinigen, und daß, wenn wir dasselbe was er meint ausdrücken wollten, wir nach unserer Art uns ganz anderer Wörter und Wendungen bedienen würden: so scheint, indem wir uns dies Gefühl näher bestimmen, und es uns zum Gedanken wird, daß wir übersetzen. Ja unsere eigene Reden müssen wir bisweilen nach einiger Zeit übersetzen, wenn wir sie uns recht wieder aneignen wollen. Und nicht nur dazu wird diese Fertigkeit geübt, um was eine Sprache im Gebiet der Wissenschaften und der redenden Künste hervorgebracht hat, in fremden Boden zu verpflanzen und dadurch den Wirkungskreis dieser Erzeugnisse des Geistes zu vergrößern; sondern sie wird auch geübt im Gewerbsverkehr zwischen einzelnen verschiedener Völker, und im diplomatischen Verkehr unabhängiger Regierungen mit einander, deren jede nur in ihrer eigenen Sprache zur andern zu reden pflegt, wenn sie, ohne sich einer todten Sprache zu bedienen, streng auf Gleichheit halten wollen. (Schleiermacher, 2003, pp. 22-26)⁵

⁵ Na tradução de José Miranda Justo (Schleiermacher, 2003, pp. 23-27): “Que um discurso seja transposto de uma língua para outra é um facto com que nos deparamos constantemente e sob as mais variadas formas. Se, por um lado, é por essa via que podem estabelecer contacto entre si pessoas que à partida estão separadas talvez pelo diâmetro da Terra; se uma língua pode acolher em si as produções de uma outra há muitos séculos extinta: por outro lado, não precisamos sequer de ultrapassar o âmbito de uma dada língua para encontrarmos o mesmo fenómeno. Pois não só acontece que os falares de diferentes ramos de um povo e os diferentes graus de evolução da mesma língua ou dialecto em diferentes séculos são já línguas diversas em sentido estrito, não raro necessitando de uma completa interpretação oral; muitas vezes sucede que mesmo indivíduos contemporâneos, não separados pelo dialecto, mas simplesmente oriundos de diferentes classes da população que, pouco ligadas pelo convívio, muito divergem na sua formação, só conseguem entender-se por uma mediação desse tipo. Não nos vemos nós frequentemente obrigados a começar por traduzir o discurso de alguém que, sendo em tudo nosso igual, tem contudo uma sensibilidade e um ânimo diferentes dos nossos? Nomeadamente quando sentimos que as mesmas palavras na nossa boca teriam um sentido muito diferente ou pelo menos aqui e além um valor mais forte ou mais fraco do que na boca desse outro, e que se quiséssemos exprimir a mesma opinião dele, nos havíamos de servir, a nosso modo, de palavras e locuções inteiramente diferentes: parece-nos então, quando procuramos definir melhor este sentimento e ele se transforma em objecto do nosso pensamento que estamos a traduzir. Mas até os nossos próprios discursos somos por vezes obrigados a traduzir, se – passado algum tempo – deles nos queremos reapropriar convenientemente. E esta capacidade não é exercida apenas para transplantar para solo alheio aquilo que uma língua produziu no domínio das ciências ou das artes, do discurso, ampliando assim o raio de

Neste parágrafo de abertura de um texto fundamental para o entendimento de tradução na Europa, podemos contar, pelo menos, oito níveis diferentes de tradução, cobrindo todas as facetas do estar-aqui humano, incluindo a da autotradução. O teólogo alemão funda na capacidade de traduzir a possibilidade de compreender. Assim, traduzir inclui (a) a tradução entre línguas, (b) a tradução dentro de uma língua, permitindo superar dificuldades resultantes da evolução de um sistema linguístico e as variações dialetais, socioletais e idioletais, (c) a autotradução – de nós para os outros mas também de nós para nós, (d) a tradução do saber e das artes e (e) a negociação diplomática.

Somos, portanto, seres que (se) traduzem, resultando a compreensão de nós e do mundo de atos sucessivos de tradução. Nesta linha, Ortega y Gasset (1996, p. 429) proporá, um século mais tarde, em 1937, que a tradução está, como o Homem, condenada a “ser pura pretensión, vivente utopia”. Por isso, traduzir é, a um tempo, “faena más humilde” e “exorbitante” (1996, p. 429) – “projeto e risco”, como diria Isabel Gil (2016, p. 6). Porque, assim entendida, é tarefa radicalmente humana, a tradução é imperfeita, (também) no sentido etimológico de “inacabada” – está sempre a pôr à prova os seus limites, a investir contra a ameaça de intraduzibilidade, a reconhecer as irredutíveis diferenças entre mim e o outro num gesto de acolhimento, a que chamo, com Paul Ricoeur (2005), “hospitalidade linguística”.

Le bonheur de traduire est un gain lorsque, attaché à la perte de l’absolu langagier, il accepte l’écart entre l’adéquation et l’équivalence, l’équivalence sans adéquation. Là est son bonheur. En avouant et en assumant l’irréductibilité de la paire du propre et de l’étranger, le traducteur trouve sa récompense dans la reconnaissance du statut indépassable de dialogicité de l’acte de traduire comme l’horizon raisonnable du désir de traduire. En dépit de l’agonistique qui dramatise la tâche du traducteur, celui-ci peut trouver son bonheur dans ce que j’aimerais appeler l’hospitalité langagière. (Ricoeur, 2004, p. 19)⁶

Pela minha parte, gostaria de sugerir que esta felicidade resulta sobretudo da instituição, pelo ato de traduzir, de um espaço fronteiro entre línguas e culturas – espaço de liminalidade e risco, lugar de diferença (Venuti, 1992, p. 13), onde se recebe o outro, o estrangeiro, onde, por momentos, nos tornamos nós próprios outros. Diz Ortega y Gasset (1996, p. 446) que, quando lê uma tradução, o leitor “[d]escansa sí de sí mismo y le divierte encontrarse un rato siendo outro”. A tradução torna-se, assim, potencialmente condição de hospitalidade, pois, como bem pergunta Derrida (1997, p. 21):

acção dessas produções do espírito; antes se exerce igualmente nas relações profissionais entre diferentes povos e no relacionamento diplomático entre governos independentes que cuidam, cada um deles, de se dirigir ao outro na sua própria língua quando querem manter uma estrita igualdade (...)."

⁶ Na tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo (Ricoeur, 2005, p. 20): “O prazer de traduzir é um ganho quando, associado à perda do absoluto linguístico, aceita a diferença entre a adequação e a equivalência, a equivalência sem adequação. É aí que reside o seu prazer. Confessando e admitindo a irredutibilidade do próprio e do estrangeiro, o tradutor é recompensado pelo reconhecimento do estatuto intransponível de dialogicidade do acto de traduzir como horizonte racional do desejo de traduzir. A despeito da agonística que dramatiza a tarefa do tradutor, este pode sentir prazer com aquilo a que gostaria de chamar hospitalidade linguística”.

La question de l’hospitalité commence là: devons-nous demander à l’étranger de nous comprendre, de parler notre langue, à tous les sens de ce terme, dans toutes ses extensions possibles, avant et afin de pouvoir l’accueillir chez nous? S’il parlait déjà notre langue, avec tout ce que cela implique, si nous partagions déjà tout ce qui se partage avec une langue, l’étranger serait-il encore un étranger et pourrait-on parler à son sujet d’asile ou d’hospitalité?⁷

Proponho-me fazer leitura, talvez heterodoxa, de Jacques Derrida e afirmar tentativamente que a tradução é a língua da hospitalidade, porque constitui metaforicamente a porta aberta para o exterior no interior da casa, porquanto, para acolher o outro em condições de paridade, não devemos forçá-lo a falar a nossa língua, antes teremos de recorrer a tradução, esse estranho lugar-entre, para o receber. Nesse gesto de acolhimento ao outro, tornamo-nos também provisoriamente estrangeiros porque nos situamos linguisticamente entre a língua familiar (“materna”) e a língua do outro. Entendida assim, a tradução constitui uma zona porosa de contacto, de fronteira, de produção – mais do que de reprodução – de sentido. Como diz Lawrence Venuti (2013, p. 20), “[a]ny community that arises around a translation is far from homogeneous in language, identity, or social position”, porque, por um lado, fica exposta àquilo que poderíamos designar por efeitos do estrangeiro no doméstico e, por outro, faz reconhecer que a língua que falo não é minha: “Language is always the language of the other. Wandering into language is always a trespass” (Auster and Coetzee, 2013, p. 67). O ato de falar uma língua, de nos inscrevermos nessa língua, é já um gesto tradutório: traduzimo-nos para uma língua que nos precede e nos sobreviverá.

Daí que insista em que, por mais “ensimesmada” que seja, a tradução pressupõe sempre uma deixis, a assunção de que o outro existe e nos implica: dizer “eu” antecipa sempre um “tu”, assim como a tradução imagina sempre – i.e., produz imagens de – um outro (texto, autor, língua, cultura). Traduzir significa, neste sentido, sempre deixar-se aproximar/contaminar/habitar pelo outro, implicando o compromisso que advém de “só no rosto do outro, seu espelho, o sujeito se reconhece[r] enquanto tal, e como sujeito ético” (Barrento, 2002, p. 127). Este re-conhecimento depende da disponibilidade para acolher o outro como exterior ao eu e ao que o eu contém.

Aborder Autrui dans le discours, c’est accueillir son expression où il déborde à tout instant l’idée qu’en emporterait une pensée. C’est donc *recevoir* d’Autrui au-delà de la capacité du Moi; ce qui signifie exactement: avoir l’idée de l’infini. Mais cela signifie aussi être enseigné. Le rapport avec Autrui ou le Discours, est un rapport non-allergique, un rapport éthique, mais ce discours accueilli est un enseignement. Mais l’enseignement ne revient pas à la

⁷ Na tradução de Rachel Bowlby (Derrida, 2000, pp. 15-17): “That is where the question of hospitality begins: must we ask the foreigner to understand us, to speak our language, in all the senses of this term, in all its possible extensions, before being able and so as to be able to welcome him into our country? If he was already speaking our language, with all that implies, if we already shared everything that is shared with a language, would the foreigner still be a foreigner and could we speak of asylum or hospitality in regard to him?”.

maïeutique. Il vient de l'extérieur et m'apporte plus que je ne contiens. Dans sa transitivité non-violente se produit l'épiphanie même du visage. (Lévinas, 1971, p. 43)⁸

Entendida neste contexto, a tradução constitui sempre um gesto de um eu para um tu, que é sempre um outro e excede o eu, e assim pressupõe a possibilidade de aprendizagem.

3. Da tradução como raia

A geografia cultural da Europa é atravessada, configurada e habitada pelos diálogos e ecos, pelas relações e tensões com o outro, com os nossos muitos outros. Integrar visivelmente a tradução na cartografia das trajetórias, sobreposições e apropriações que constituem a Europa é fundamental para compreendermos a imbricação dos fenómenos de tradição e tradução, porquanto “the historical sense involves a perception, not only of the pastness of the past, but of its presence” (Eliot, 1997, p. 40) – com a agoridade do passado a constituir também uma forma de tradução –, para aprofundarmos a consciência da natureza multidimensional dos diversos seres humanos (Sen, 2006, p. 15).

A tradução institui-se, assim, conceptualmente, como espaço liminal – como raia. “Raia” talvez seja o termo que melhor traduz o conceito de *borderlands* de Anzaldúa (1987), porquanto constitui um espaço experiencial, habitado, constantemente negociado – vive-se na raia: “the Borderlands are physically present wherever two or more cultures edge each other, where people of different races occupy the same territory, where under, lower, middle and upper classes touch, where the space between two individuals shrinks with intimacy” (Anzaldúa, 1987). Na raia, essa zona de contacto,⁹ o rosto do outro torna-se inescapavelmente presente e a lição de Lévinas, particularmente relevante.

Defender o direito à tradução hoje é um ato político – um gesto inclusivo em que se reconhece o outro como um par, como alguém com direito à voz, a ser ouvido na língua que lhe é mais familiar. Traduzir implica também o desafio de ponderarmos o lugar do outro, não como operação abstrata, mas como exercício linguístico enraizado num corpo, numa experiência – traduzir o outro, i.e., compreendê-lo, radica na disponibilidade para nos imaginarmos no lugar dele e o dizer.

Termino com uma espécie de profissão de fé. Creio que a tradução, enquanto (po)ética da hospitalidade, pode constituir um lugar privilegiado para *realmente* olharmos os outros e, ao olhá-los, reconhecemo-nos no rosto deles como iguais, porque “the fact

⁸ Na tradução de Alphonso Ligis (Lévinas, 1979, p. 51): “To approach the Other in conversation is to welcome his expression, in which at each instant he overflows the idea a thought would carry away from it. It is therefore to *receive* from the Other beyond the capacity of the I, which means exactly: to have the idea of infinity. But this also means: to be taught. The relation with the Other, or Conversation, is a non-allergic, an ethical relation; but inasmuch as it is welcomed this conversation is a teaching [*enseignement*]. Teaching is not reducible to maïeutics; it comes from the exterior and brings me more than I contain. In its non-violent transitivity the very epiphany of the face is produced”.

⁹ Descontextualizo o termo, que é de Marie-Louise Pratt (1992), mas não o tresleio. Também aqui me interessa “[a] ‘contact’ perspective [which] emphasizes how subjects are constituted in and by their relations to each other” (1992, p. 7).

remained, it was almost impossible to dislike anyone, if one looked at them” (Woolf, 2006, p. 70).

REFERÊNCIAS

- Anzaldúa, G. (1987) *Borderlands/La frontera: the new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books.
- Auster, P. and Coetzee, J. M. (2013) *Here and now: letters: 2008-2011*. New York: Harvill Secker.
- Barnstone, W. (1993) *The poetics of translation: history, theory, practice*. New Haven and London: Yale University Press.
- Barrento, J. (2002) *O poço de Babel: para uma poética da tradução literária*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Derrida, J. (1997) *De l'hospitalité: Anne Dufourmantelle invite Jacques Derrida à répondre*. Paris: Calmann-Lévy.
- Derrida, J. (2000) *Of hospitality: Anne Dufourmantelle invites Jacques Derrida to respond*. Translated by Rachel Bowlby. Stanford: Stanford University Press.
- Eco, U. (1993) 'The language of Europe is translation'. Palestra dada na conferência ATLAS – *Assises de la traduction littéraire*, Arles, 14 de novembro de 1993.
- Eliot, T. S. (1997) 'Tradition and the individual talent', in Eliot, T. S. *The sacred wood: essays on poetry and criticism*. London: Faber and Faber, pp. 39-49.
- Gil, I. (2016) 'Da Catedral à Nuvem. Considerações sobre a Universidade no Século XXI', 28 out. [online]. Disponível em: https://www.ucp.pt/sites/default/files/2018-09/Discurso_Reitora_Discurso%20de%20Tomada%20de%20Posse%20como%20Reitora%20da%20UCP.pdf (Acesso: 21 dez. 2018).
- Hall, S. (1987) 'Minimal selves' in Appignanesi, L. (ed.) *The real me: post-modernism and the question of identity*. London: The Institute of Contemporary Art, pp. 44-46.
- Inghilleri, M. (2017) *Translation and migration*. London: Routledge.
- Iser, W. (2000) *The range of interpretation*. New York: Columbia University Press.
- Lévinas, E. (1971) *Totalité et infini: essai sur l'extériorité*. Paris: Kluwer Academie.
- Lévinas, E. (1979) *Totality and infinity: an essay on exteriority*. Translated by Alphonso Lingis. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers.
- Martins, G. d'O. (2018) 'Mensagem do Coordenador', [online]. Disponível em: <http://anoeuropeu.patrimoniocultural.gov.pt/index.php/ano-europeu-do-patrimonio-cultural-2018/mensagem-do-coordenador> (Acesso: 3 maio 2018).
- Ortega y Gasset, J. (1996) 'Miseria y esplendor de la traducción' in López García, D. (ed.) *Teorías de la traducción: antología de textos*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, pp. 428-446.
- Paz, O. (1971) *Traducción: literatura y literalidad*. Barcelona: Tusquets Editores.
- Pratt, M. L. (1992) *Imperial eyes: travel writing and transculturation*. London: Routledge.
- Ricoeur, P. (2004) *Sur la traduction*. Paris: Bayard.
- Ricoeur, P. (2005) *Sobre a tradução*. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Cotovia.
- Schleiermacher, F. (2003) *Sobre os diferentes métodos de traduzir*. Tradução de José Miranda Justo. Edição bilingue. Porto: Elementos Sudoeste.
- Sen, A. (2006) *Identity and violence: the illusion of destiny*. London: Penguin Books.
- Sena, J. (org.) (2001) *Poesia de 26 séculos: de Arquiloco a Nietzsche*. Porto: Edições Asa.

Lopes, A. – Tradução como hospitalidade

Translation Matters, 2(1), 2020, pp. 116-125, DOI: https://doi.org/10.21747/21844585/tm2_1a8

Steiner, G. (1989) *Real presences: is there anything in what we say?* London: Faber and Faber.

Steiner, G. (1992) *After Babel: aspects of language and translation*. Oxford: Oxford University Press.

Steiner, G. (1996) *No passion spent: essays 1978-1996*. London: Faber and Faber.

Steiner, G. (2002) *Grammars of creation: originating in the Gifford Lectures for 1990*. London: Faber and Faber.

Venuti, L. (1992) 'Introduction' in Venuti, L. (ed.) *Rethinking Translation: discourse, subjectivity, Ideology*. London: Routledge, pp. 1-17.

Venuti, L. (2013) 'Translation, community, utopia' in Venuti, L. *Translation changes everything: theory and practice*. London: Routledge, pp. 11-31.

Woolf, V. (2006) *To the lighthouse*. Oxford: Oxford University Press.

Sobre a autora: Alexandra Lopes é Professora Associada na Universidade Católica Portuguesa, onde ensina Tradição dos Grandes Livros, História e Teorias da Tradução, Teorias da Cultura e Tradução Literária. Especializou-se em História da Tradução, área em que publicou ensaios em volumes nacionais e internacionais. Coeditou *The Age of Translation. Early 20th-century Concepts and Debates* (2017) and *Mediations of Disruption in Post-conflict Cinema* (2016).